

Público

18-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Diversos

Dimensão: 269

Imagem: S/Cor

Página (s): 44

EDITORIAL



Uma conversa sem cidades

Há temas relativos às autarquias que dizem respeito a todo o país. Têm estado longe da agenda

A campanha para as autárquicas começou ontem mais sob o signo dos grandes temas nacionais - a crise e as negociações com a *troika*, em particular - e com as questões locais a ficarem em segundo plano. Nada de especialmente anormal, se pensarmos bem. Por um lado, porque as coisas não são estanques e há sempre uma dimensão nacional nas eleições autárquicas. Por outro, porque esta campanha decorre num contexto muito particular. O país vive uma crise existencial, está sujeito a uma intervenção externa e perdeu a sua autonomia para os credores. Se o Governo da República já manda tão pouco, como pedir às pessoas que se interessem por autarcas que ainda mandam menos? A campanha coincide com as negociações com a *troika* e é

fácil adivinhar qual dos dois temas vai estar no centro das atenções. O que se estranha, no entanto, é que o debate sobre a crise e o debate sobre as autarquias apareçam como duas coisas separadas, excepto nas palavras dos candidatos populistas que reivindicam nos seus *outdoors* ter a cura para a crise. Ora, as duas coisas estão ligadas. Por um lado, porque as autarquias têm um histórico de despesismo e de endividamento, simbolizado por investimentos inúteis ou por empresas municipais duvidosas, que contribuiu para a crise. O que mudou, até hoje, nesta matéria? É um tema ao mesmo tempo autárquico e nacional que parece estar fora da agenda, talvez por a factura do despesismo estar uniformemente distribuída entre os grandes partidos. Mas também se está a falar pouco das estratégias das cidades em tempo de crise. Num universo globalizado, as cidades ganharam uma relevância e uma autonomia que é muito importante para os países. Como devem as cidades, em particular Lisboa e Porto, mas não apenas essas, capitalizar oportunidades que beneficiarão o país no seu todo? É difícil obter essas respostas, quando uma eleição autárquica é uma conversa sem cidades.

Um catavento chamado FMI

Vejamos estas afirmações: 1) efeitos positivos de confiança podem ter um papel positivo face às adversidades dos cortes na despesa; os efeitos de confiança não são importantes. 2) Uma consolidação orçamental rápida é o meio mais eficaz para restaurar a saúde das finanças públicas; pelo contrário, esta via pode mesmo ser autodestrutiva. 3) A consolidação à base da despesa é a mais sustentável; pelo contrário, ela tende a aumentar as desigualdades e a ameaçar o crescimento. Não são partidos em debate aceso a dizer isto, é uma mesma instituição que diz uma coisa e quase o seu contrário em momentos diferentes. E o mais grave é que essa instituição é o Fundo Monetário Internacional (FMI), membro da *troika* que, de novo, agora nos visita. Será o FMI, por uma vez, capaz de se entender quanto ao que, na verdade, deve ser feito no caso da dívida soberana portuguesa? Ou deve Portugal resignar-se a ser uma dócil cobaia neste inacreditável catavento de soluções?